

***CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À  
DISCRIMINAÇÃO***

***CNCD***

---

**6<sup>ª</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Ata da Ordem do Dia 4 de agosto de 2022**



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**

**SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL**

**DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DE DIREITOS DE MINORIAS SOCIAIS E POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RISCO**

**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO**

**ORDEM DO DIA**

**6ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

---

**4 de agosto de 2022 – Quinta-feira**

---

**Local:** Videoconferência, Plataforma *Team*

9hs: Primeira chamada

9hs15min: Segunda Chamada

9hs30min: Verificação de quórum

9hs30min – 9hs45min: Aprovação da Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária;

9hs45min – 10hs15 min: Informes gerais.

10hs15min – 11hs – Apresentação dos projetos/programas da Aliança Nacional LGBTI+, dirigidos ao enfrentamento do estigma e da discriminação.

11hs – 11hs45min: Apresentação dos projetos/programas do Grupo Pela Vidda/RJ, dirigidos ao enfrentamento do estigma e da discriminação.

11hs45min – 12hs30min: Apresentação dos projetos/programas da UNA LGBT, dirigidos ao enfrentamento do estigma e da discriminação.

12hs30min – 13hs: Encerramento



Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, teve início a sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD, por meio virtual no Microsoft Team. Presentes na Reunião a Secretaria Executiva, Sra. Katia Maria Guimarães de Andrade, Conselheiro suplente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o Sr. Eduardo Santarelo Lucas, Conselheiro representante do MMFDH; o Conselheiro suplente, representante da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) Sr. Vanderlei Lourenço; Conselheira titular, representante da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), Sra. Salete Silva Aragão; Sr. Marcos Leite, Conselheiro titular, representante do Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS do Rio de Janeiro – Grupo Pela Vidda/RJ; a Sra. Rafaelly Wiest da Silva, Conselheira titular, representante da Aliança Nacional LGBTI+ e a Sra. Patricia Silvia Cavalleire Araújo da Silva, Conselheira titular da UNA LGBT. Registra-se a presença da Sra. Marina Reidel, diretora do Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e População em Situação de Risco (DMSR), convidada permanente para as reuniões do CNCD e a convidada Sra. Patrícia Werlang que integra o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde. Após a aprovação da Ordem do Dia, a Sra. Katia Guimarães inicia a Reunião informando a razão das mudanças ocorridas na programação da 6ª Reunião, visto que a Presidente do CNCD se encontra em tratamento de saúde, portanto, não estará presente na nessa 6ª Reunião. A Sra. Katia acrescenta que, conforme o Decreto nº 9.883 de 27 de junho de 2019, no parágrafo 3º, inciso III, cabe ao Coordenador do Conselho Nacional de Combate à Discriminação substituir o Presidente do Conselho em seus impedimentos e exercendo as atribuições que lhe forem delegadas. Logo, a Sra. Katia Guimarães coordenará essa 6ª Reunião Ordinária. Explica que, como a Presidente é Secretária Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, realizou-se uma reunião com as representações de governo: SNPM, SNPIR, MMFDH e a diretora Marina Reidel. Na ocasião, sugeriu-se que as apresentações referentes ao governo seriam realizadas na 7ª Reunião Ordinária, no mês de outubro, para que a presidente Mariana tenha a oportunidade de reportar as ações conduzidas pela Secretaria de Proteção Global, incluindo o Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e População em Situação de Risco. A coordenadora também informa que a diretora Marina está em João Pessoa e que, também, não poderia estar presente neste dia quatro de agosto. Com estas duas ausências, as representações de governo optaram por submeter esta proposta de ordem do dia, com a concentração na parte da manhã e com as apresentações das ações das entidades da sociedade civil que compõem o CNCD. Com a aprovação da ordem do dia, iniciou-se a sessão de informes gerais. A

Coordenadora Katia Guimarães informa a presença da Sra. Patrícia Werlang do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Acrescenta que, de acordo com a Resolução Nº 2 do CNCD, serão encaminhados convites para participação permanente neste Conselho de representantes do Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Contudo, os convites só serão enviados quando for possível a presença da presidente Mariana Neris. Em seguida, O Conselheiro Marcos informa que no mês de março de 2022 foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção Global, e o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde e da Secretaria de Atenção Primária em Saúde para o enfrentamento do estigma e da discriminação para com os portadores dos agravos tratados pelo Ministério da Saúde: a tuberculose, o HIV/Aids e a hanseníase. O Conselheiro Marcos solicita a inclusão de um espaço de denúncias de violações de direitos humanos dirigidas às pessoas portadoras destes agravos no Disque 100, tendo em vista o referido Acordo de Cooperação Técnica. A Sra. Patricia Werlang ratifica a solicitação do Conselheiro Marcos e acrescenta a importância das pessoas que possuem tuberculose, as que vivem com HIV/Aids e os portadores de hanseníase tenham um canal que possibilite a realização de denúncias das situações de violências que se sabe que existem. Ademais, a criação de um canal no Disque 100 pode ser útil para o levantamento de informações que possam subsidiar a formulação de ações estratégicas e, ainda, qualificar as políticas públicas relacionadas a esses temas. A Coordenadora Katia acrescenta que o Acordo de Cooperação prevê uma interação permanente entre os dados coletados por meio do Viva SINAN e os dados do Disque 100. Frisa que os dados apresentados no SINAN são de notificação compulsória a partir da busca aos serviços de saúde em razão de atos de violência física, perpetradas por outrem ou aquelas que são auto infligidas. A Interação entre as fontes de dados permitirá também a violência proveniente de atos discriminatórios e das violações de direitos humanos, proporcionando, assim, a ampliação de ações e políticas públicas que atendam às necessidades de proteção adequadamente, sobretudo, tendo taxonomias que possam ser acompanhadas, tanto pelo Viva Sinan quanto pelo Disque 100. O Conselheiro Marcos afirma que, infelizmente, mesmo depois de 30 anos de epidemia, se continua sofrendo muito com o estigma e o preconceito que acabam aparecendo em forma de violência. Relata que no Rio de Janeiro houve vários casos de pessoas expulsas da comunidade e de suas casas, além de pessoalmente, ter sido discriminado na enfermaria de um hospital referência para o agravio, quando precisou ser internado. Alega que poderia ter ligado para o Disque 100 para fazer a denúncia. Se houvesse a linha para denunciar o hospital poderia ter sido cobrado por tais comportamentos. Argumenta que o estigma do HIV/Aids está sendo extensivo para os portadores da varíola do macaco, pois nos últimos dias ventilou algumas notícias vinculando a transmissão da doença a gays e homens que fazem sexo com homens, novamente em decorrência da variação de parceiros. Continua afirmando que hoje a variação de parceiros se dá em tida a sociedade. O CNCD tira como encaminhamento a inclusão dos agravos HIV/Aids, tuberculose, hanseníase e hepatites virais no Disque 100. A Sra. Patrícia informa que o DCCI enviará a solicitação dessa inclusão para a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Em seguida, a Conselheira Silvinha Cavalleire abre a apresentação dos projetos/programas da União Nacional LGBT, dirigidos ao enfrentamento do estigma e da discriminação: elaboração do caderno

de gestão que contém o registro de cada atividade realizada pela UNA LGBT. A Conselheira informa que esse caderno concentra a memória da entidade. É um instrumento utilizado em pleitos para processos de inscrição para os conselhos, onde estão inseridos relatório de atividades. Ressalta que a UNA LGBT tem participação atuante em prol da garantia de direitos de outros públicos vulneráveis e que sofrem discriminação, além do LGBT. Cita-se: o Congresso de fundação na assembleia legislativa do estado de São Paulo, cuja pauta centrou-se na democracia, na defesa de todas as formas de famílias e na criminalização da LGBTfobia; participou de um ato em defesa das famílias, das liberdades individuais e da democracia no Congresso Nacional, em outubro de 2016; da realização da campanha sobre o estatuto das famílias do século 21; o congresso de Juventude; das conferências de políticas para as mulheres no estado do Rio Grande do Sul e no estado da Bahia; a Conferência Nacional de Saúde, em 2015; a Marcha em defesa do SUS, em 2015; a conferência de mulheres do Ceará; todas as edições do Fórum Social Mundial, desde 2016, realizando atividades neste espaço; as atividades “Zero Discriminação”, realizadas na faculdade de Direito, situada no Largo de São Francisco, em São Paulo; a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT; o Seminário “Por uma Educação Antirracista”, em 2016; todas as paradas LGBT de São Paulo; do ato público no Brasil, em razão das vítimas de ataque em uma boite nos Estados Unidos que atingiu pessoas LGBT; o Seminário realizado no Congresso Nacional, em alusão ao dia 17 de maio – Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia; o Encontro de Jovens Cientistas Negro, em fevereiro de 2017; o Grito dos Excluídos; o ato em alusão ao dia do assassinato de Dandara, desde 2018; a produção da Campanha “Existem várias formas de ser mulher, ser lésbica, bissexual, mulher trans” e gêneros fluídos”, em alusão ao dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher, em 2016; a campanha “Por uma Escola sem Mordaças”; a Campanha “Diretas Já”, incluindo o slogan “Por mais direitos e liberdade de amar”; a elaboração do Dossiê contendo dados de homicídios de pessoas Trans, lançado pela Rede Trans Brasil; a realização do Encontro Nacional da UNA LGBT no município de Itabira, em Minas Gerais; a publicação do artigo “Ser Trans no Brasil”, em alusão ao dia 29 de janeiro - Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais (ou Dia da Visibilidade Trans); a participação na composição do Comitê Técnico de Cultura LGBT; a realização do segundo Congresso Nacional da UNA LGBT, em formato virtual, em decorrência da pandemia da COVID-19; campanhas em alusão ao Dia Mundial da Saúde (7 de abril), “Por um SUS forte e colorido”, com destaque para ações solidárias para as pessoas atingidas pela pandemia; a utilização do recurso das *lives* que abordaram a LGBTfobia, a partir da campanha “Todas as vidas importam”, em alusão ao dia 17 de Maio. A primeira *live* tratou do tema “LGBTfobia: o que fazer para combater?”, campanha de alusão a Visibilidade Lésbica, em 29 de agosto; a partir da iniciativa da UNA LGBT de Campinas, foi desenvolvido um projeto que reuniu pessoas LGBT para produzir e comercializar máscaras de tecido, como forma de geração de renda, durante a pandemia; a realização da live “Visibilidade trans tá na hora de acertar o passo”; a campanha sobre pessoa LGBT com deficiência; o “Levante Feminista contra o Feminicídio”; participação na realização da Mesa Redonda, convocada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, que teve por objetivo conhecer as demandas da sociedade civil organizada, para o ano de 2021. O Conselheiro Marcos dá início ao debate, parabenizando a Conselheira Silvia pelo o trabalho da UNA LGBT em prol das pautas de combate à discriminação. Em seguida, pergunta a Conselheira Silvia em quais os estados a UNA LGBT se faz presente. A Conselheira informa que, com

exceção do estado de Roraima (RR) e do estado do Tocantins (TO), a UNA LGBT. Na sequência, a Conselheira Rafaelly Wiest apresenta os projetos conduzidos pela Aliança Nacional LGBTI+. Em primeiro lugar, a Conselheira informa que a citada Entidade começou a atuar em 2003, sendo que, de fato, a partir de 2009 deu-se a atuação nacional, com a premissa de promoção e defesa dos direitos humanos da comunidade LGBT, podendo ter filiações de pessoas jurídicas, de organizações parceiras e de pessoas físicas, a nossa missão da Aliança. A Instituição tem como missão atuar na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania e da comunidade LGBT e, como visão, ter uma sociedade justa, atuando no com pessoas LGBTI+ e aliadas, bem como organizações das mais diversas naturezas interessadas em apoiar a causa LGBTI+, a fim de articular os/as diversos/as atores/as interessados/as em colaborar. Acrescenta que a Aliança Nacional LGBTI+ tem como valores o pluripartidarismo e a dialética. Além do respeito e a solidariedade. A Aliança Nacional LGBTI+ é composta por uma diretoria executiva; pelo conselho consultivo; pelo conselho fiscal; pelo conselho de ética; pelas coordenações estaduais presentes em vinte e sete estados, distrital e, em mais de trezentos municipais; pelas coordenações de áreas temáticas específicas. Ressalta que a Aliança LGBTI+ possui duas mil duzentos e vinte e sete pessoas filiadas, sendo que dessas, quarenta e sete porcento são filiadas a partidos políticos. Desse total, estão presentes pessoas filiadas à trinta partidos políticos diferentes, dos 33 existentes atualmente. A maioria é coligada a partidos de esquerda e centro-esquerda. Mas, há também pessoas filiadas a partidos de centro-direita. Quanto as áreas temáticas, a Conselheira refere: a de advocacy; a de comunicação; a da diversidade; a da inclusão; e a da cultura. A Conselheira também cita as coordenações de coordenação de mulheres trans; de pessoas com deficiência; de pessoas indígenas; da Juventude; e de pessoas pansexuais. Adiciona que a Entidade possui um grupo de trabalho específico para elaboração de notas oficiais. Pontua também as Instituições que estabeleceram parcerias com a Aliança: o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde; a Rede GayLatino que, por sua vez, tem presença em países da América Latina e do Caribe; o Fórum de Empresas, constituído por quarenta e sete empresas atuantes em âmbito nacional e internacional, com a finalidade de o tema da empregabilidade de pessoas LGBTI; à Associação Nacional de Universidades Privadas; o Instagram; o Facebook; a Câmara de Comércio LGBTI; o Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro; Grupo Gay de Alagoas (GGA); Grupo Gay da Bahia (GGB); a Rede Trans Brasil; a Casa Satine; dentre outras. Enfatiza a atuação da Aliança Nacional nas proposições legislativas, tais como: segurança e seguridade; liberdade de expressão; identidade de gênero; direito à família; intersexualidade; e estatuto da diversidade. Chama atenção para o fato de que a Aliança Nacional, nos últimos 3 anos, obteve recursos significativos oriundos de Emendas Parlamentares impositivas, sendo todas elas por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção Global, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Destaca que a Resolução da Aliança Nacional LGBTI+, de 2020, Ação social, Controle Social, *accountability* e Formulação de Políticas públicas e no Controle das Ações em todos os Níveis é norteadora da Entidade. Menciona que a citada Instituição possui acento na Organização Panamericana de Saúde, tendo contribuído na elaboração da Declaração de Alma Ata. Por meio de reuniões via vídeo conferências e *webnários*, realizados online em razão da pandemia de COVID-19, a Instituição deu andamento as atividades em curso: seminários de *advocacy*, o Painel da Violência e o Observatório Nacional LGBTI, O Projeto Sinergias sobre

*Advocacy, Litigância estratégica, Controle Social e Accountability* junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Atuou como *amicus curie* na ação que gerou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 467 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.543. Também atuando, junto ao STF, no julgamento que gerou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277; atuou junto ao o Supremo Tribunal Federal (STF) para a manutenção do acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) que autorizou a adoção conjunta para um casal gay, em julgamento de recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR). Acrescenta o Projeto “Cumpra-se” que objetiva o acompanhamento das determinações e jurisprudências relativas à comunidade LGBTI+, em curso no Brasil, em parceria com as secretarias de segurança pública, com os ministérios públicos e defensorias públicas. Cita o Programa de Inclusão Educacional Brunna Valin, voltado para pessoas que queiram ingressar na universidade, em parceria com a UniAraguaia. Adiciona as parcerias com Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF), Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Conselheira Rafaelly finaliza sua exibição e, na sequência, o Conselheiro Marcos inicia a apresentação do Grupo Pela Vidda do Rio de Janeiro. O Conselheiro relembra que o Grupo foi criado em um momento bastante complicado para as pessoas vivendo com HIV/Aids: não havia medicamentos, as pessoas morriam e os diagnósticos representavam uma sentença de morte. Diz que o Grupo foi fundado pelo ativista Herbert Daniel, em 1989. Com o slogan “Viva a Vida”, o Conselheiro informa que, desde então, o Grupo se tornou um espaço de troca de forma a amenizar forma amenizar a situação que se vivenciava à época. A perda de amigos, a cronificação do preconceito, do estigma e da discriminação no cotidiano do círculo de amizades, no trabalho e na família. É bastante conhecida a área jurídica que, a partir de voluntários, tratou das causas vinculadas a discriminação, em especial, nos ambientes de trabalho. Área, esta, que continua atendendo pessoas que sofrem discriminação por viverem com HIV/Aids, gratuitamente. Esclarece que, durante a primeira década da pandemia de HIV/Aids, o Grupo Pela Vidda desenvolveu várias estratégias voltadas para a autoestima das pessoas que frequentavam o Grupo, como por exemplo, os grupos de convivência, café positivo, dentre outras. Afirma que o Grupo é a única organização não governamental sobre o tema que mantém suas portas abertas com atendimentos rotineiros, mas ressalta o custo bem alto que isso implica. outras organizações que trabalhavam com HIV/Aids não conseguiram manter suas atividades devido as dificuldades relativas à financiamento. Informa que o Grupo Pela Vidda vem desenvolvendo um projeto financiado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, dirigido para a empregabilidade trans – Transvida. O Projeto vem ampliando a retificação de documentos e realizando oficinas sobre o tema empregabilidade. Ressalta o quanto difícil mudar o paradigma da história dessas pessoas, assim como acessar essa população, levando-a a participar dos eventos do Projeto. De acordo com o Conselheiro, é uma população que possui diversos processos de vulnerabilidade dentre todas, o Conselheiro realça a violência extrema. Informa que o trabalho com a citada população envolve tempo; envolve dinheiro; envolve financiamento; envolve mudar as técnicas já utilizadas nas atividades do Pela Vidda. Mas, buscamos, fortemente, que as pessoas trans mude o paradigma da existência de vida. O Conselheiro acrescenta que o Grupo Pela Vidda também realiza oficinas para agentes comunitários em diferentes localidades do Rio de

Janeiro, incluindo a discussão sobre estratégia de prevenção combinada do HIV, que associa diferentes métodos de prevenção do HIV, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e as hepatites virais, quais sejam: a profilaxia pré exposição (PrEP), medicação diária que pode reduzir esse risco. Com ela, se você for exposto ao HIV, o remédio pode impedir que o retrovírus se espalhe por todo o seu corpo; a profilaxia pós exposição (PEP) a ser utilizada em pessoas que possivelmente tenham sido expostas ao HIV. A prevenção combinada é disponibilizada nas unidades básicas de saúde (UBS). A iniciativa tem por objetivo melhorar o acesso da população em geral e, principalmente as da periferia do Rio de Janeiro, aos serviços que realizam testagem e utilizam a prevenção combinada. Acrescenta a ação de testagem realizada pelo Grupo, desde 2014, quando foi introduzido o teste de fluido oral no Brasil. Informa que é um Projeto exitoso no Rio de Janeiro, sendo que o Grupo Pela Vidda é a única organização não governamental que oferece essa testagem, em vários locais, tendo em vista a dificuldade de acesso para esse tipo de testagem nos serviços de saúde. Informa, também, que há no Pela Vidda um grupo de mulheres que atua no ao acesso das prostitutas ao serviço de saúde, contando com a parceria com o serviço de saúde

O Conselheiro cita a participação do Grupo nas Paradas LGBT no Rio de Janeiro, como também nas demais localidades que realizam o citado evento, oferecendo a testagem rápida para o HIV. No que se refere as atividades do Grupo durante a pandemia de COVID-19, o Conselheiro enfatiza o trabalho realizado junto à população de pessoas em situação de rua na distribuição de alimentos, insumos e cesta básica. O Projeto Transvida também produziu informativos baseados num diagnóstico revelado pela pesquisa sobre empregabilidade onde os dados reforçam as dificuldades de acesso da população trans ao mercado de trabalho. A partir desses dados foi elaborada, de forma simultânea, as oficinas de capacitação e de formação profissional das integrantes do projeto. Por exemplo, a capacitação para a elaboração de currículos e jornadas formativas sobre mercado de trabalho. O Conselheiro também cita os grupos terapêuticos coordenados por psicólogas, a partir de uma abordagem psicossocial. A Conselheira Silvia parabeniza o Conselheiro Marcos e informa que faz parte de Coletivo Positiva, no Ceará. O Coletivo é composto por pessoas que vivem, ou não, com HIV/Aids e sugere ao Conselheiro Marcos a criação de diálogo entre as duas instituições. Em não havendo mais perguntas, a Coordenadora-Geral Katia Guimarães agradece a presença das Conselheiras e Conselheiros e encerra a 6ª Reunião Ordinária do CNCD.

Conselheira titular do MMFDH: Katia Guimarães Secretária-Executiva do CNCD,  
Conselheiro Eduardo Santarelo  
Conselheira titular SNPIR/MMFDH, Luciana Gonçalves  
Conselheira titular da Aliança Nacional LGBTI+, Rafaelly Wiest  
Conselheiro titular do Grupo Pela Vidda/RJ, Marcos Leite  
Conselheira titular da UNA LGBT, Silvia Cavalleire